



DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso *Simulado Online da Repescagem* para a **2ª fase do 42º Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 02.11.24), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. *O simulado acontecerá nos moldes do edital 42º Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
2. *Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)*

Um ótimo simulado a todos. ;)

INSTAGRAM



diegocerqueira@estrategiaconcursos.com.br



<https://www.facebook.com/profdiegocerqueira/>



@profdiegocerqueira

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Estado Beta, conhecido pela diversidade de fauna e flora do seu território, recebe cada vez mais turistas e empresas interessadas em explorar o potencial turístico e econômico da região buscando realizar investimentos no polo hoteleiro.

Em razão dessa particularidade, foi promulgada a Lei Estadual nº. YY/2024, que dispôs em seu art. 1º sobre a dispensa do licenciamento ambiental para atividades turísticas e econômicas que combinem a fauna e flora se a degradação for pequena ou houver investimentos significativos na economia local. Já o art. 2º da referida passou a proibir a instalação de reatores nucleares no Estado Beta.

O Partido Político Gama, entendendo que a Lei Estadual afronta diretamente o texto da Constituição Federal e preocupado com os possíveis impactos ambientais que podem ser causados diante da dispensa do licenciamento ambiental, contratou você como advogado para ajuizar a ação de controle concentrado cabível.

Considerando a narrativa acima, elabore a petição inicial da medida judicial cabível. (Valor: 5,00) Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Imagine a seguinte situação. O Senador da República José Carlos recebeu a informação de que o Brasil estava na iminência de assinar determinado tratado internacional de proteção aos direitos humanos. Ocorre que, era evidente a colisão do referido tratado com uma norma constitucional, já que o tratado reconhecia certo direito de forma mais favorável do que o estabelecido na Constituição Federal de 1988.

À luz do quadro apresentado, e de acordo com sistema jurídico-constitucional brasileiro, responda de forma fundamentada os itens a seguir:

- A) O referido tratado pode ter status de emenda constitucional?
- B) O tratado terá a mesma natureza da Constituição originária?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Fernando trabalhou a vida inteira em uma profissão em relação à qual não havia Lei indicando regulamentação para o exercício do trabalho. Após muitos anos de atuação, foi surpreendido pela edição da Lei Federal nº. 123/24, que regulamentou a referida profissão e passou a exigir várias qualificações profissionais para o seu exercício. Vale ressaltar que as qualificações não eram atendidas por Fernando, sendo necessária uma especialização na área de conhecimento.

Com base no quadro apresentado, responda os itens a seguir.

- A) É correto afirmar que Fernando não poderia exercer a profissão em momento anterior à edição da Lei federal nº 123?
- B) Podemos afirmar que o comando constitucional de liberdade da atividade profissional é de eficácia limitada?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Cláudia, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, se deparou com um mandado de segurança de competência originária do referido Tribunal, tendo o remédio sido indeferido. O impetrante do MS entendeu que a decisão fora manifestamente contrária à ordem constitucional e consultou seu advogado para interpor o recurso cabível.

Diante da situação apresentada e de acordo com a Constituição Federal, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- A) No referido caso, qual seria o recurso cabível?
- B) Qual é o órgão competente para julgar o recurso cabível?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Em 2024, o Município Gama editou a Lei nº. XX, dispondo que os produtos confeccionados pelos artesãos do território somente poderiam ser direcionados ao exterior com aprovação do Poder Executivo e Legislativo. A justificativa para tanto seria a necessidade de proteção dos interesses econômicos dos consumidores e empresários do seu território.

Com base no quadro apresentado, responda fundamentadamente os itens a seguir.

A) A Lei Municipal nº. XX é constitucional?

B) Qual seria a medida judicial de controle concentrado adequada para questionar a constitucionalidade da Lei nº XX em face da Constituição Federal de 1988?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

